

# BRASIL-ÁFRICA

## HERANÇAS HISTÓRICAS E PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS



Debates do Seminário de Lançamento  
da Edição em português da Coleção da UNESCO

### **História Geral da África**

em Belo Horizonte, Minas Gerais, 13 de abril de 2011

EVELY CRISTINE PEREIRA DE AQUINO  
FERNANDA SILVA DE OLIVEIRA

Representação da UNESCO no Brasil  
Ministério da Educação do Brasil  
Universidade Federal de São Carlos

Publicado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

© UNESCO 2012. Todos os direitos reservados.

BR/2012/PI/H/7

Revisão técnica: Setor de Educação da Representação da UNESCO no Brasil

Revisão gramatical e ortográfica: Reinaldo de Lima Reis

Revisão editorial: Unidade de Publicações da Representação da UNESCO no Brasil

Projeto gráfico e diagramação: Unidade de Comunicação Visual da Representação da UNESCO no Brasil



SAUS, Quadra 5, Bloco H, Lote 6, Ed. CNPq/IBICT/UNESCO, 9º andar

70070-912 – Brasília – DF – Brasil

Tel.: (55 61) 2106-3500

Fax: (55 61) 2106-3697

Site: [www.unesco.org/brasil](http://www.unesco.org/brasil)

E-mail: [grupoeditorial@unesco.org.br](mailto:grupoeditorial@unesco.org.br)

[facebook.com/unesconarede](https://www.facebook.com/unesconarede)

twitter: [@unesco brasil](https://twitter.com/unesco brasil)

Os autores são responsáveis pela escolha e pela apresentação dos fatos contidos neste livro, bem como pelas opiniões nele expressas, que não são necessariamente as da UNESCO, nem comprometem a Organização.

As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste livro não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites.

Esclarecimento: a UNESCO mantém, no cerne de suas prioridades, a promoção da igualdade de gênero, em todas suas atividades e ações. Devido à especificidade da língua portuguesa, adotam-se, nesta publicação, os termos no gênero masculino, para facilitar a leitura, considerando as inúmeras menções ao longo do texto. Assim, embora alguns termos sejam grafados no masculino, eles referem-se igualmente ao gênero feminino.

# Lista de siglas

ABRI – Associação Brasileira de Relações Internacionais

CEERT – Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades

FaE – Faculdade de Educação

FAFICH – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

HGA – História Geral da África

MEC – Ministério da Educação

NEAB – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros

NEPER – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação

PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Secadi – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SEE-MG – Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais

Seppir – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFG – Universidade Federal de Goiás

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFPel – Universidade Federal de Pelotas

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

UnB – Universidade de Brasília

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

USP – Universidade de São Paulo

# Sumário

Prefácio .....	1
Introdução .....	3
Primeiras palavras .....	4
Eixo 1– Brasil-África: heranças históricas e perspectivas contemporâneas .....	8
Eixo 2 – Diáspora africana: território, identidade negra e educação .....	11
Eixo 3 – História da África e cultura afro-brasileira: perspectivas educacionais ..	16

# Prefácio

A série "Debates e perspectivas para a institucionalização da Lei nº 10.639/2003", desenvolvida pelo Programa Brasil-África: História Cruzadas, tem como objetivo divulgar as contribuições realizadas pela UNESCO para implementar e institucionalizar a Lei nº 10.639, de 2003. A série se inicia com as discussões desenvolvidas no decorrer dos eventos de lançamento da edição em português da Coleção História Geral da África da UNESCO (referida como Coleção HGA), realizados no primeiro semestre de 2011. O lançamento da Coleção HGA é resultado da parceria da Representação da UNESCO no Brasil com o Ministério da Educação e a Universidade Federal de São Carlos, no escopo do Programa Brasil-África: História Cruzadas. Nas diferentes regiões do país, a Representação da UNESCO no Brasil estabeleceu parcerias com renomadas Universidades para o lançamento da obra. Os eventos contaram com a presença de expositores nacionais e internacionais, que potencializaram trocas de experiências e discutiram, de forma profunda, temas de história e cultura africana e afro-brasileira e da educação das relações étnico-raciais.

Essas discussões possibilitaram um mapeamento de necessidades e perspectivas para a implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação sobre relações étnico-raciais, história e cultura africana e afro-brasileira no sistema da educação básica do país e, ainda, foram apresentadas possibilidades de uso da Coleção HGA como um subsídio para a sua efetivação. O público, composto por pesquisadores, representantes de movimentos sociais, professores e alunos do ensino superior e da educação básica, teve a oportunidade de participar ativamente, trazendo contribuições importantes para as reflexões em pauta. A série é composta pelos seguintes documentos:

- Relatórios dos debates ocorridos durante os eventos de lançamento da Coleção HGA realizados em vários estados das regiões do Brasil, exceto a região Sul. Os conteúdos dos relatórios são compostos por falas e discussões sobre temas relacionados à institucionalização da Lei nº 10.639/2003.
- Vídeos com algumas das exposições realizadas por palestrantes nacionais e internacionais que participaram das mesas de debates.
- Fotos das mesas de abertura, mesas de debates e públicos presentes nos eventos de lançamento da Coleção HGA.

Setor de Educação da Representação da UNESCO no Brasil

# Introdução

O seminário de lançamento da Coleção História Geral da África (HGA) foi sediado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte, no dia 13 de abril de 2011. A Coleção em português, editada pela UNESCO em parceria com a Secadi/MEC e com a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), foi lançada nacionalmente em dezembro de 2010, em Brasília. Em 2011, Salvador, Cachoeira, São Paulo e Belo Horizonte foram sedes dos eventos de caráter regional.

A Coleção, com aproximadamente dez mil páginas, é composta de oito volumes que cobrem desde a pré-história do continente africano até sua história recente, apresentando um panorama das civilizações africanas. Foi escrita por 350 cientistas – coordenados por um comitê formado por 39 especialistas, dois terços deles africanos. Entre as décadas de 1980 e 1990, a obra foi editada em inglês, francês e árabe. Agora está disponível em língua portuguesa e pode ser acessada livremente para download pelos sites da UNESCO e do MEC.

A organização do evento em Belo Horizonte foi marcada pela parceria e apoio entre a UNESCO, o Ministério da Educação (MEC), o Programa Ações Afirmativas na UFMG, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG).

O público presente foi bem diversificado, tendo o evento contado com a presença de pesquisadores, professores da educação básica, lideranças do movimento negro, estudantes de graduação e pós-graduação e comunidade em geral, somando aproximadamente 300 participantes.

O evento teve início com a apresentação do Grupo de Choro da Escola de Música da Universidade do Estado de Minas Gerais, sob a regência do professor Marcelo F. Pereira, que apresentou um repertório contextualizado destacando a história do chorinho e suas influências africanas e afro-brasileiras.

A dinâmica do evento foi organizada seguindo sessão solene, logo após palestras com mesas de diálogo e debates, separadas em eixos temáticos, sendo eles: Brasil-África: heranças e perspectivas contemporâneas; Diáspora africana: território, identidade negra e educação; e História da África e cultura afro-brasileira: perspectivas educacionais.

## Primeiras palavras

A abertura do evento foi realizada por meio de sessão solene, composta por autoridades nacionais e locais. Esteve presente o magnífico reitor da Universidade Federal de Minas Gerais, Clélio Campolina Diniz; o magnífico reitor da Universidade do Estado de Minas Gerais, Dijon Moraes Júnior; a secretária de Estado de Educação de Minas Gerais, Ana Lúcia Gazzola; o representante da Universidade Federal de São Carlos, Valter Roberto Silvério; o gerente de projetos da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Governo Federal, Luis Cláudio Barcelos; o coordenador geral de Diversidade da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação, Antônio Mário Ferreira e o representante da UNESCO no Brasil, Vincent Defourny.

As autoridades e demais representantes deram boas-vindas aos integrantes da mesa e demais participantes, e logo após discorreram rapidamente sobre a Coleção HGA. Todos destacaram a importância das parcerias realizadas entre UNESCO, MEC e UFSCar.

A primeira fala institucional foi da Universidade Federal de Minas Gerais, na figura do magnífico reitor Clélio C. Diniz, que ressaltou o sentido do lançamento da Coleção HGA em Minas Gerais e honra da UFMG em sediar o evento. Ele abordou a necessidade de construção de uma sociedade multirracial e colaborativa. Argumentou que a África é significativa no mundo e está se destacando cada vez mais no contexto geopolítico, econômico, social e histórico. Destacou a importância de serem estabelecidos novos padrões de integração entre os países de língua portuguesa, por meio de uma internacionalização solidária, e também a necessidade de reconstrução de novos paradigmas a fim de construirmos uma sociedade mais justa. “O desenvolvimento de padrões econômicos e ambientais mais igualitários com a África são fundamentais para o mundo contemporâneo”, assegurou.

Diniz também levantou o questionamento sobre como fazer com que o conteúdo da Coleção HGA chegue à instituição escolar, mencionando que hoje as universidades e os organismos públicos têm o desafio de pensar melhorias para a educação básica. Finalizando, o magnífico reitor revela a criação de um Centro de Estudos Africanos na UFMG; “O Centro de Estudos será a possibilidade de integrar os grupos da universidade que estudam a África e estabelecer diálogo entre as unidades de ensino que têm grupos de pesquisa sobre a temática. Busca-se, assim, sinergia, complementaridade e também um canal de troca de conhecimentos entre as diferentes áreas do conhecimento”, afirmou.

A representante da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, Ana Lúcia Gazzola, destacou a estratégica parceria que o Brasil estabelece com a UNESCO, citando projetos desenvolvidos na América Latina. “A UNESCO auxilia para cada vez mais pensarmos em valores

e em desenvolvimento social e humano”, afirmou. Mencionou também o trabalho e o diálogo entre a UFMG e a UEMG, destacando que as Faculdades de Educação das referidas instituições vêm desenvolvendo cursos de formação em nível de especialização e aperfeiçoamento, para professores da educação básica, dentro da perspectiva da diversidade. Finalizou lançando o desafio de expansão da obra para os professores da educação básica pontuando o quanto é importante que os conhecimentos produzidos pela Coleção e pelas discussões no seminário circulem entre os docentes.

Representando a Universidade Federal de São Carlos e o magnífico reitor prof. dr. Targino de Araújo Filho, o pesquisador Valter Roberto Silvério destacou o trabalho dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) e enfatizou que a publicação da Coleção HGA é resultado das discussões realizadas pelo movimento negro, e também fruto do amadurecimento político alcançado pelos NEABs nas últimas duas décadas. Contou que o trabalho realizado na UFSCar desde a fundação do NEAB, em 1991, tem se dedicado à temática das relações étnico-raciais com enfoque na área da educação, sendo a professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva figura de destaque no trabalho desse núcleo. Revelou que o NEAB pretende aprofundar a relação com a educação básica. Nesse sentido, Silvério pontuou vertentes de trabalho da UFSCar que vão nessa direção. A primeira diz respeito ao projeto intitulado Brasil-África: Histórias Cruzadas, que está em desenvolvimento em parceria com a UNESCO e com o Ministério da Educação. O objetivo é produzir material de uso pedagógico a partir da HGA para todos os níveis da educação básica. A segunda vertente é um curso de capacitação de 360h para professores da rede municipal de 11 cidades da região de São Carlos, num período de cinco anos, para o trabalho com a educação das relações étnico-raciais e para o Ensino de história e cultura afro-brasileira.

Silvério apontou ainda a necessidade de formação do corpo docente da universidade, visto que há professores que têm resistência em trabalhar com alunos que entram na universidade via programa de ações afirmativas. “É extremamente importante que a universidade trabalhe com a temática das relações étnico-raciais como possibilidade de construção de uma sociedade que respeite a pluralidade cultural”, afirmou.

Representando a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), na figura da ministra Luiza Bairros, o gerente de projetos da Seppir Luiz Cláudio Barcelos parabenizou pelo esforço e empenho da magnífica obra. Em suas palavras, essa obra visa a preencher lacunas de uma história que vem sendo invisibilizada. Enfatizou que a Coleção HGA é de grande importância, também, para os países africanos de língua portuguesa, e reiterou que a obra coincide com o Ano Internacional dos Povos Afrodescendentes<sup>1</sup> e com a campanha lançada em março pela Seppir, intitulada Igualdade Racial é pra Valer.<sup>2</sup>

---

1. A Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) proclamou 2011 como Ano Internacional dos Povos Afrodescendentes. Essa campanha mundial tem como objetivo fomentar a integração dos afrodescendentes nos aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais, e promover maior conhecimento e respeito da diversidade de sua herança e sua cultura.

2. Essa campanha integra as comemorações do Ano Internacional dos Povos Afrodescendentes.

Barcelos afirmou a importância de cada vez mais se introduzir a variável racial em projetos que possam efetivar-se em políticas públicas. Destacou, ainda, que a Lei nº 10.639/2003 tem gerado possibilidades de criar novas experiências, bem como o regaste de trabalhos formativos e pedagógicos repletos de perspectivas. Nesse sentido, menciona o projeto Selo Educação para a Igualdade Racial<sup>3</sup>, que certificou escolas e Secretarias Estaduais e Municipais de Educação com experiências exitosas na implementação da Lei nº 10.639/2003. Dentre essas experiências, Barcelos citou três desenvolvidas no Estado de Minas Gerais – a da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte e, ainda na capital, a da Escola Municipal Florestan Fernandes, e também a da Secretaria Municipal de Educação de Montes Claros.

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação, representada pelo coordenador geral de Diversidade, Antônio Mário Ferreira, pontuou a Coleção HGA como um marco histórico, assim como o fora a implementação da Lei nº 10.639/2003. De acordo com ele, pesquisa realizada pelo MEC/Secadi<sup>4</sup> apontou a existência de práticas pedagógicas positivas na implementação da lei.

Dando prosseguimento, mencionou o histórico de trabalho dos NEABs e dos grupos de estudos e pesquisas que têm comprometimento com a luta pelo combate ao racismo. Nesse sentido, apontou nomes de algumas referências esclarecedoras para as conquistas atuais, destacando a participação do movimento negro e do lugar político que alguns teóricos e pesquisadores negros vêm ocupando na esfera pública. Em relação ao lançamento da Coleção HGA, Ferreira destacou sua importância e abordou a singularidade e simbologia dos estados e cidades escolhidos para a realização do evento. “Essa é uma Coleção para pesquisadores que será desdobrada para a formação dos professores. Dessa maneira, temos um primeiro passo, entre outras ações, dentro do Plano Nacional de Implementação da Lei nº 10.639/2003. O próximo será a elaboração de materiais didáticos e pedagógicos, para chegar à ponta do processo, na escola, para os profissionais da educação básica que estão em salas de aula”, afirmou, enfatizando a necessidade de outras parcerias para produção do resumo da Coleção HGA que atenda todos os níveis da educação básica. De acordo com ele, há a previsão, ainda, da criação de um atlas e também de projetos virtuais em torno da Coleção. Finalizando, Ferreira destaca os fóruns estaduais e municipais para diversidade étnico-racial como espaços de divulgação, discussão e debates importantes para esse novo contexto.

---

3. Foi um projeto de reconhecimento de unidades escolares de educação Básica e Secretarias Estaduais e Municipais de Educação que se destacaram na implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, tendo como foco a Lei nº 10.639/2003 e o Estatuto da Igualdade Racial.

4. Projeto de pesquisa intitulado “Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/2003”, apoiado pela UNESCO em parceria com a Secadi/MEC e sob a coordenação geral da Professora Nilma Lino Gomes, da Universidade Federal de Minas Gerais. O objetivo desse projeto é mapear e analisar as práticas pedagógicas desenvolvidas pelas escolas públicas e pelas redes de ensino de acordo com a Lei nº 10.639/2003, a fim de subsidiar e induzir políticas e práticas de implementação dessa lei em nível nacional em consonância com o Plano Nacional de Implementação da Lei nº 10.639/2003.

A Universidade do Estado de Minas Gerais, representada pelo magnífico reitor Dijon Moraes Júnior, mencionou a importância da Coleção em registrar a história dos povos africanos pelo ponto de vista dos próprios africanos. Destacou como é imperativo o diálogo com as universidades e a importância da Lei nº 10.639/2003 no processo de formação docente para diversidade étnico-racial. Sinalizou, ainda, a necessidade de a sociedade desenvolver uma leitura de qualidade sobre a Coleção HGA e acompanhar os seus muitos desdobramentos. Por fim, mencionou as iniciativas da UEMG em relação às ações afirmativas que na década de 1990 geraram o sistema de reserva de vagas para afrodescendentes, indígenas, pessoas deficientes e egressos de escolas públicas.

O representante da UNESCO no Brasil, Vincent Defourny, destacou a prevalência da parceria para realização do que ele denomina “sonho coletivo”, enfatizando o empenho da UNESCO, do MEC e da Universidade Federal de São Carlos. Pontua a obra como uma possibilidade de recontar a história da África, até então vista pela óptica do europeu. Segundo ele, a Coleção foi elaborada a partir da demanda de países africanos para a elaboração de uma publicação que apresentasse a história do continente sob outro viés. “A tradução da Coleção para o português é uma resposta definitiva ao racismo e ao preconceito contra africanos e afrodescendentes do Brasil”, afirmou. “É, ainda, um olhar para a reconstrução da identidade africana, suas lutas e resistências ao longo da história, e isso vem demonstrar que ainda temos que lutar muito”.

Defourny reiterou que a Coleção HGA possibilita a elaboração de outros materiais pedagógicos, a reinvenção de práticas, atitudes e posturas diferentes. “No Brasil ainda é preciso fazer uma inclusão radical, porque educação e conhecimento devem ser para todos, sem exceção”, afirmou, destacando a inexistência de fundamento científico e histórico para justificar qualquer tipo de preconceito. Defourny finalizou sua fala pontuando que é preciso fazer novas pesquisas, formar uma nova geração de pesquisadores e também de professores que introduzam a importância da história da África na formação de nossa identidade, e ensinar uma linguagem da igualdade, do respeito ao outro, do respeito mútuo.

Dando continuidade à solenidade, logo após as explanações, o representante da UNESCO no Brasil Vincent Defourny e o coordenador geral de diversidade da Secadi/MEC entregaram, em um gesto oficial, a Coleção História Geral da África da UNESCO ao magnífico reitor da Universidade Federal de Minas Gerais e ao magnífico reitor da Universidade do Estado de Minas Gerais.

No final da sessão solene Ibrahima Gaye, cônsul honorário do Senegal e integrante do Centro Cultural Casa África, em Belo Horizonte, prestou homenagem ao senegalês Amadou Mahtar Mbow, que foi diretor-geral da UNESCO de 1974 a 1987. Destacou como Mbow contribuiu para a construção da Coleção História Geral da África. Segundo o cônsul, em 2011 Mbow completa 90 anos, dos quais muitos foram dedicados ao reconhecimento da história dos africanos.

# Eixo 1 – Brasil-África: heranças históricas e perspectivas contemporâneas

Este eixo de discussão foi coordenado por Vanda Lúcia Praxedes, doutora em história social pela FAFICH/UFMG e integrante do Programa Ações Afirmativas na UFMG, com comentários de Vanicleia Silva Santos, doutora em história pela USP e professora de história da África na FAFICH/UFMG. Teve como palestrantes José Flávio Sombra Saraiva, professor titular em Relações Internacionais da UnB e presidente da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI); Kabengele Munanga, doutor em antropologia social, professor titular da USP e docente do Departamento de Antropologia da USP; e Valter Roberto Silvério, coordenador técnico da edição em português da Coleção História Geral da África e coordenador do NEAB da UFSCar. Os componentes da mesa expuseram uma série de elementos para pensarmos a história da África.

## 1.1 José F. S. Saraiva

O professor José F. S. Saraiva lembrou sua trajetória acadêmica e, nesse percurso, seu interesse em estudar a história da África. Cita o professor Fernando Albuquerque Mourão como uma importante referência no campo de estudos da história da África contemporânea e chama atenção para a participação deste na elaboração da obra em 1981, quando do início da publicação do primeiro volume da Coleção, há cerca de 30 anos. Saraiva problematizou a construção da historiografia e sua preocupação com as fontes de pesquisa. Nesse sentido, o professor indicou a leitura do capítulo oito do primeiro volume da Coleção HGA, que define a oralidade como uma fonte essencial da história africana. Assim, aponta algumas questões relevantes que foram apresentadas durante o processo de construção da Coleção HGA e sobre as quais ainda temos que pensar:

- O que é falar de África, como traduzir seus costumes e tradições, permeados pela oralidade?
- É um olhar de dentro da África para fora da África. Como a história dos africanos é contada? Existe uma metodologia eficaz?
- Como traduzir uma memória que é oral e que não está nos escritos para o papel?

“Falar da história geral da África é pensar na construção e reconstrução de uma memória contada, transmitida oralmente de geração por geração”, finalizou.

## 1.2 Kabengele Munanga

O professor Kabengele Munanga destacou que a Coleção HGA surge da união de pessoas certas no lugar certo, ressaltando que todos os países do mundo são beneficiados pela obra.

Munanga mencionou a grandiosidade do conteúdo presente na Coleção, que revela as heranças históricas negadas que criaram outra visão e percepção de África. “Nesse novo contexto, essas heranças agora estão sendo recontadas e ressignificadas”, afirmou.

Munanga citou a divisão de mundo feita por Hegel<sup>5</sup>, cujo paradigma classificou a história da África como uma escuridão, como inferior. “É preciso romper com uma visão eurocêntrica de África”, afirma, e aponta que alguns historiadores contemporâneos vêm renunciando ao pensamento hegeliano.

O professor também afirmou que os capítulos da Coleção auxiliam a entender todo o processo de luta, resistência da população africana, bem como as relações comerciais estabelecidas no continente. Falou da importância de cada capítulo para a compreensão e entendimento sobre a África. Destacou a Lei nº10.639/2003 e questionou: “de que essência da história da África estamos falando quando discutimos esse novo contexto?”.

Finalizando, Munanga enfatizou que há produções individuais sobre a história da África e que a Coleção pode oferecer mais subsídios por sua amplitude e aprofundamento nas temáticas sobre África. Pontuou também a necessidade de se fazer uma história da diáspora e de se construir de uma pedagogia multicultural que promova a igualdade racial. Fechou sua explanação com um provérbio africano: “Até que os leões tenham seus próprios historiadores, as histórias de caça continuarão glorificando os caçadores” que, segundo Munanga, resume a dificuldade e a demora da publicação de obras sobre a história geral da África.

### **1.3 Valter Roberto Silvério**

O professor Valter Roberto Silvério centrou sua explanação na presença da herança africana no continente americano. Destacou a parceria MEC/UNESCO/UFSCar para a viabilização da tradução da Coleção HGA, que segundo ele é uma inquestionável ferramenta de pesquisa e também um material pedagógico.

Silvério mencionou que o trabalho de pesquisa da UNESCO (Projeto UNESCO 1959 – Roger Bastide), buscando entender os conflitos étnico-raciais em diversos países, foi o pontapé inicial para a produção da Coleção, destacando que a UNESCO aponta a influência da cultura negra, dos povos africanos. O professor criticou as agendas de pesquisa que só problematizam a desigualdade racial e não destacam com especificidade a contribuição da cultura africana. Nesse sentido, indicou como demandas para novas pesquisas a necessidade de publicações que abordem os valores dos aspectos culturais africanos na formação da identidade brasileira e que também privilegiem estudos sobre o movimento negro brasileiro. “Poucas pesquisas dão conta de todo o processo de luta e das conquistas desse movimento”, afirmou, enfatizando a luta histórica do movimento negro brasileiro e ressaltando que as grandes conquistas do contexto

---

5. Georg Wilhelm Friedrich Hegel foi um filósofo e ideólogo alemão, considerado um dos cânones da moderna filosofia ocidental.

atual são reflexos das ações realizadas no passado. Segundo ele, a edição em português da Coleção HGA é a sistematização de um longo e árduo processo de reivindicações desse coletivo.

Silvério reiterou que a obra, por se tratar de uma história geral, possibilita que negros e brancos se reencontrem com a força da experiência da cultura africana. E levantou questões para reflexão:

- Como discutir a historiografia africana?
- Qual é o lugar efetivo e político da África na formação da nação brasileira?
- Como o elemento africano pode ser processado no pensamento dos povos ocidentais?
- Como as tradições africanas encontram lugar na forma de organização das sociedades ocidentais?

O professor encerrou afirmando que a Coleção HGA é crucial para o Brasil, visto que nossas discussões em relação ao continente africano ainda são insuficientes. Apontou, ainda, a necessidade de partirmos da Coleção para a realização de outras pesquisas que nos ajudem a conhecer a África e a nós mesmos.

#### **1.4 Comentários: Vanicleia S. Santos**

Depois das explanações dos palestrantes, a comentarista do Eixo 1 teceu algumas considerações sobre as falas dos convidados.

Vanicleia destacou que o trabalho de publicação da Coleção foi realizado em conjunto, por meio de parcerias, sendo a obra, portanto, resultado de uma demanda acadêmica, política e dos movimentos sociais. Comentou a fala do professor José Flávio, que mencionou a tradição oral africana como elemento central para os estudos sobre África e seu desenvolvimento local. Na fala de Munanga, Vanicleia destacou o alcance da Coleção HGA, apontando que ninguém escreve sem amparo de outras fontes e que a obra rompe com a visão eurocêntrica, por ser também escrita por africanos. Já na opinião de Silvério, a obra é contemporânea e ao mesmo tempo histórica, por destacar o negro na pauta das políticas públicas e a inserção do movimento negro nas discussões políticas para o desenvolvimento de pesquisas. Finaliza dizendo que os trabalhos já existentes abrem pauta para novos estudos, assim como essa nova obra abre caminhos e perspectivas para outros saberes e também novas pesquisas.

#### **1.5 Debates**

Continuando os trabalhos, a coordenadora da mesa, Vanda L. Praxedes, iniciou o momento de debate, e o público presente pôde fazer perguntas em torno das falas proferidas.

Algumas questões levantadas para os palestrantes:

- Como a partir da obra será possível pensar iniciativas de formação e também de criação de novos materiais?

- O que significa para o movimento negro a retomada de uma nova agenda de discussão?
- Como podemos pensar a relação Brasil-África a partir da Coleção?

Finalizando o Eixo 1 – Brasil-África: heranças históricas e perspectivas contemporâneas, os palestrantes ponderaram sobre as questões levantadas e agradeceram a oportunidade de diálogo e discussão sobre a temática. Também destacaram que o debate contribuiu para explorar temas que não foram aprofundados na mesa. Nesse sentido, José S. Saraiva, respondendo às questões expostas pelo público, questionou a relação Brasil-África, dizendo que é importante estreitar laços com a África não apenas sob o ponto de vista econômico. A mesa apontou como possibilidade o rompimento com a visão apenas mercadológica com África e o avanço no intercâmbio de conhecimentos e de cultura. Valter Silvério observou que ainda há um déficit no campo da interação humana e nas propostas de cooperação entre as universidades brasileiras e africanas, indicando ainda que é preciso estreitar as relações nas áreas de pesquisa e das experiências do Brasil no campo das políticas de saúde e de inclusão social. Finalizando, Munanga trata da necessidade de a Coleção HGA se configurar em outros materiais e possibilitar a construção de novos saberes que sejam apropriados pela instituição escolar.

## Eixo 2 – Diáspora africana: território, identidade negra e educação

Esta mesa foi composta por Renato Emerson dos Santos, doutor em Geografia pela UFF e professor do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da UERJ/Campus São Gonçalo; Georgina Helena Lima Nunes, doutora em Educação pela UFRGS e professora da Faculdade de Educação da UFPel; e Luiz Alberto Oliveira Gonçalves, doutor em Educação pela *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, professor da FaE/UFMG e integrante do Programa Ações Afirmativas na UFMG. A mesa foi coordenada por Shirley Aparecida de Miranda, doutora em Educação pela FaE/UFMG, professora da FaE/UFMG e integrante do Programa Ações Afirmativas na UFMG, e teve como comentarista Aleksandro Ratts, doutor em Antropologia Social pela USP, professor dos cursos de Geografia e Antropologia da UFG e coordenador geral do Núcleo de Estudos Africanos e Afrodescendentes da UFG.

### 2.1 Renato E. dos Santos

O professor destacou a pluralidade da Coleção HGA fazendo uma reflexão sobre a forma como estabelecemos e construímos nossa visão de mundo, na maioria das vezes, baseada em parâmetros ocidentais, europeus. Portanto, a necessidade de pensarmos como esses referenciais espaciais dão origem às nossas identidades.

Renato dos Santos abordou a existência de ideias consolidadas de que apenas a África dos brancos construiu conhecimento, saber e civilização, legando à África negra (subsaariana) a

característica de não ter desenvolvido conhecimento, saber, ou subsídio para a construção do mundo que temos hoje. Segundo ele, o ensino de geografia tem perpetuado essa leitura de mundo, ou seja, continua apontando o mundo contemporâneo como resultado do transportamento de processos intraeuropeus, onde os outros continentes aparecem apenas quando se vinculam a esse processo de desenvolvimento que é linear, unidirecional e eurocentrado. “Seria como se os processos sociais, científicos e tecnológicos fossem desenvolvidos apenas dentro da Europa”, afirmou, citando como exemplo a revolução científica, a modernidade, a revolução industrial e a corrida imperialista como fatos centrais nessa narrativa que constrói uma visão de espaço e de tempo de cunho eurocêntrico.

Para o professor, a geografia contribui para a construção de imagens espaciais e raciocínios geográficos que são consequência de narrativas históricas e são também instrumentos analíticos para a compreensão de mundo em cada período histórico. Renato dos Santos ainda refletiu sobre como a Coleção HGA pode nos ajudar a desconstruir e a tensionar uma leitura de espaço e de tempo linear, marcada por sucessividades. Afirmou a necessidade de se aprender sobre outras regiões do mundo, citando como exemplo o continente africano como imprescindível para pensarmos as relações étnico-raciais, principalmente no contexto de Brasil.

O professor enfatizou que os referenciais espaciais dão lastro à construção dos processos identitários. “Nesse sentido, a Coleção HGA vai nos ajudar a dar um tratamento relacional aos fatos e, especificamente para o ensino, de geografia, vai nos possibilitar uma leitura diferente do que é a África e de nós mesmos como indivíduos, como grupo, como nação brasileira”, sublinhou.

Segundo Renato dos Santos, a geografia trabalha com conceitos básicos, sendo um deles a paisagem, abordada geralmente no sexto ano da educação básica. Mas tal conceito é erroneamente trabalhado por meio de uma polarização analítica entre a ideia de uma paisagem natural e uma paisagem humanizada. O professor ressaltou que essa polarização está presente nos livros didáticos a partir de imagens onde se apresenta a paisagem de maneira evolutiva: da paisagem natural à paisagem humanizada. “Esse conceito é um dos instrumentos de leitura da realidade, e a paisagem da África recorrente nos livros de geografia é aquela com a figura de um homem trajando uma roupa culturalmente diferente da nossa, com um pedaço de pau na mão e geralmente com uma savana, zebra, leão e girafa atrás – o que se lê é a imagem da paisagem natural e de um homem primitivo. Essa é a projeção da ideia de África e de mundo” afirmou.

Segundo ele, a Coleção HGA contribuirá bastante para a reversão dessa lógica de pensamento tão cristalizada.

## **2.2 Georgina Nunes**

A professora centrou sua fala a partir de um saber pedagógico, um saber do território negro. Destacou que a tradução para a língua portuguesa e a publicação da Coleção HGA criaram

tensões desde que foi lançada no espaço virtual, por trazer a possibilidade de construção de outros saberes sobre a África e sua relação com o mundo. Diante disso, apontou a importância de a obra ser uma história geral, algo emblemático porque é um novo conhecimento para todos.

Georgina Nunes falou como pensa a contribuição da Coleção dentro da perspectiva da educação escolar quilombola, foco de seus trabalhos e pesquisas. Discorreu, assim, sobre a tradição hegemônica gaúcha que tenta permanentemente subalternizar a matriz africana e os afrodescendentes. Segundo ela, existe uma dificuldade em tratar dos territórios negros dos pampas e de uma educação quilombola, em decorrência da forte colonização europeia na região gaúcha, entre outros motivos.

Destacou que é necessário pensar uma escola possível nas comunidades remanescentes de quilombo, mas que são dos espaços mais difíceis para pensar territórios que abarquem a questão racial. Dessa maneira, as crianças quilombolas e afrodescendentes sofrem com a violência simbólica na escola e, assim, precisam construir territórios de resistência para se inserirem no espaço escolar.

A palestrante criticou ainda a falta de acesso aos direitos sociais e políticos dos povos quilombolas e afrodescendentes. Dessa maneira, pontua algumas reflexões importantes para o campo educacional:

- Como pensar a educação infantil no quilombo?
- A escola está preparada para desenvolver uma educação quilombola? E a partir de quais referenciais?

Segundo ela, existe um desafio acadêmico na construção de bases conceituais para uma educação quilombola. “Poucos são os professores oriundos dos quilombos, e, quando eles existem, estão inseridos em uma educação baseada na escola tradicional, com uma visão eurocentrada, que não valoriza as tradições e costumes da população negra e do território quilombola”. Georgina Nunes apontou alguns dados da realidade educacional dos povos quilombolas, destacando o baixo número de alunos que conseguem finalizar o ensino fundamental e o ensino médio. Fato que corrobora para a quase inexistência de professores oriundos dos quilombos.

Georgina Nunes mencionou ainda a relação que as mulheres quilombolas estabelecem com o seu território, a partir do cuidado com a terra e da interação que estabelecem com seus filhos, citando exemplo atual de mães que levam e buscam seus filhos da escola em balaios, reconhecendo nessas relações certa proximidade com os costumes de algumas mulheres negras africanas. Finalizando, a professora ressaltou que é preciso descolonizar o espaço afro na escola e que a Coleção HGA pode muito contribuir para a compreensão da resistência e luta do povo negro e dos africanos.

### **2.3 Luiz Alberto**

O palestrante ressaltou o quanto a Coleção HGA o faz sentir como parte da diáspora e como a edição da obra em português foi construída num processo coletivo e necessário. “A partir da Coleção HGA é possível reinventar as imagens distorcidas ao longo da história”, afirmou. Para ele, a educação é a única forma de transformação social. Assim, apontou a importância do movimento negro nesse processo, rememorando contextos de luta e reivindicação. Nesse sentido, o professor apresentou várias ações e reivindicações históricas de militantes e de pesquisadores negros. Finalizou mencionando a grandiosidade da obra e que se sente feliz de fazer parte desse contexto.

### **2.4 Comentários: Alecsandro Ratts**

Em seguida às falas dos palestrantes, o professor Alecsandro Ratts comentou as questões apresentadas pelos convidados da mesa.

Inicialmente, ressaltou a dimensão política que foi mencionada na exposição de Luiz Alberto, enfatizando que para haver mudanças é preciso também termos dispositivos legais, professores, pesquisadores e militantes ocupando espaços que podem conduzir para mudanças sociais e políticas. Além disso, segundo ele, vários desdobramentos pedagógicos são possíveis a partir da Coleção.

Logo após, teceu alguns comentários sobre o estudo da geografia, dialogando com o professor Renato dos Santos. Enfatizou a ideia do pensamento africano em movimento e em território, ressaltando que só uma parte dele é escrita e registrada em imagens, outra está presente na oralidade. Para Ratts, o século XXI nos apresenta uma visão circunscrita sobre a África, mas com uma possibilidade de mudança em relação à visão e ao pensamento que se perpetuou ao longo da história. O comentarista afirmou que os livros são lugares que possibilitam conhecer espaços e territórios, mas também são lugares de memorização, de construção e de desconstrução das realidades. “Diante disso, a Coleção HGA traz grande contribuição no sentido de desconstrução de ideias fixas presentes no campo geográfico”.

Ratts também pontuou a questão dos quilombos, reiterando que a discussão de território é imprescindível na compreensão da cultura e da tradição quilombola. Destacou ainda que os territórios são permeados de história e memórias coletivas e apontou algumas questões para reflexão: quem terá acesso à Coleção, visto que há escolas que nem têm energia elétrica, e a Coleção está disponível virtualmente. Quem se apropriará da Coleção, ou seja, como ela será apropriada nos diversos espaços brasileiros?

### **2.5 Debates**

A coordenadora da mesa Shirley Miranda abriu espaço para o público presente destinar perguntas aos convidados. Algumas questões levantadas pelo público:

- Como a Coleção vai chegar aos professores?
- Quais estratégias estão sendo pensadas para traduzir a Coleção HGA para um material pedagógico e acessível aos alunos?
- Falar sobre o ensino da História da África para todos, pois essa história não é somente para os negros. Como inserir essa ideia no imaginário social, visto que ainda hoje muitos profissionais acham que trabalhar com a história da África é papel do negro?
- A história dos negros no Brasil é contada a partir de uma história racista. Como promover um impacto epistemológico no Brasil, em relação ao racismo e à História da África?

Diante das questões apresentadas, o professor Renato dos Santos destacou que a Coleção pode chegar aos professores a partir da formação inicial e continuada. Assim, problematizou as condições que os docentes têm para implementar suas práticas, já que um dos fatores principais que a regula é o livro didático. Também teceu uma crítica à matriz curricular de geografia. Criticou, ainda, a prática docente que tem como artifício colocar a África como último conteúdo do ano e, como consequência, a temática deixa de ser abordada por falta de tempo.

Segundo ele, o ponto de partida para o trabalho do professor apresenta três abordagens teóricas:

- 1º- trabalhar a partir de uma visão hegemônica em relação à geografia e depois aplicar a teoria da desconstrução;
- 2º- aplicar o que na filosofia se chama de deslocamento do lócus de enunciação e partir para construir uma visão sob outro ponto de vista que não seja eurocêntrico;
- 3º- confrontar as duas visões, o que é chamado na filosofia de hermenêutica diatópica.

Renato Emerson dos Santos finalizou dizendo que a Lei nº 10.639/2003 isoladamente não garante nada, é preciso ação, multiplicação dos saberes que vêm sendo construídos.

Posteriormente, a professora Georgina Nunes fez uma explanação em torno das questões do público, afirmando que é preciso abrir caminhos na pauta de discussões dos aspectos da negritude, da população negra, dos povos quilombolas. Nesse sentido, mencionou que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola são um passo decisivo, mas é necessário um olhar crítico sobre elas.

Em seguida, a professora relatou o que tem percebido em seus estudos e pesquisas, inferindo que o trabalho em campo tem demonstrado que alguns conceitos não dão conta da complexidade do trabalho com as relações étnico-raciais, tais como o conceito de campesinato e educação popular. Sinalizou, também, que a educação popular tem origem no campesinato, e questionou: “como a educação dará conta da discussão desse território quilombola, inserindo todas as suas especificidades e contextos variados? E, ainda, quem fará a formação dos docentes para uma educação quilombola?”, defendendo que essa formação tem que ser em diálogo com a própria comunidade quilombola. Por fim, Georgina Nunes aventou como uma das possibilidades criar caminhos e estratégias que permitam às crianças falarem de sua negritude

e de suas histórias, ou seja, se permitir dentro do processo de construção identitária, enfatizando que o negro tem que se considerar e ser considerado.

Encerrando o debate, o professor Luiz Alberto disse que é preciso aprender a reaprender. Enfatizou que é preciso romper com uma discussão ainda eurocêntrica sobre a África. Refletiu sobre os alunos africanos que vêm para o Brasil estudar e depois regressam ao país de origem, questionando: “quais as visões de mundo que esses alunos vão trabalhar em seu retorno? O que eles levam da nossa cultura?”. O professor também questionou a necessidade da criação de materiais pedagógicos a partir da Coleção HGA, destacando que isso demandaria uma grande articulação entre os parceiros envolvidos na publicação da obra. “A Coleção HGA e seus desdobramentos não podem ficar reféns do mercado capitalista das publicações, como acontece com a produção de livros didáticos em nosso país”, afirmou. O professor finalizou problematizando: “para onde irão as obras didáticas produzidas a partir dessa Coleção? Entrarão para o mercado ou serão distribuídas pelo governo? São questões sérias e urgentes para pensar”.

## Eixo 3 – História da África e cultura afro-brasileira: perspectivas educacionais

Esta mesa foi composta por Nilma Lino Gomes, doutora em Antropologia Social, professora da FaE/UFMG e coordenadora geral do Programa Ações Afirmativas na UFMG; Hédio Silva Jr., doutor em Direito pela PUC-SP, diretor executivo do CEERT-SP e coordenador do curso de Direito da Universidade Zumbi dos Palmares; e José Eustáquio de Brito, doutor em Educação pela FaE/UFMG, professor da Universidade do Estado de Minas Gerais e coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação (NEPER) da UEMG. Foi coordenada por Andreia Rosalina Silva, mestre em Educação pela FaE/UFMG e Assessora da Pró-reitora de Extensão da UEMG e teve como comentarista Antônio Mário Ferreira, coordenador de projetos da Secadi/MEC.

### 3.1 Nilma Gomes

A professora iniciou sua exposição abordando a interface educação e cultura, e também fazendo uma leitura sobre as políticas educacionais a partir da perspectiva jurídica. Destacou, ainda, que desde 2003 – ano de promulgação da Lei nº 10.639 – houve um aumento do número de trabalhos sobre a história afro-brasileira. Entretanto poucos versaram sobre a África, ou a relação do Brasil com esse continente. Destacou a produção que vem sendo desenvolvida pelos NEABs na perspectiva da formação de professores e ressaltou, ainda, que há avanços teóricos sobre a África em outras áreas do conhecimento, como, por exemplo, na economia e nas ciências sociais. Contudo, há uma lacuna teórica na seara educacional.

Gomes fez referência à pesquisa sobre a implementação da Lei nº 10.639/2003 –Secadi/MEC, da qual foi coordenadora, e apontou que a pesquisa trouxe algumas reflexões que serão consideradas por meio dos seguintes aspectos:

### **1º) Por que estudar história africana e afro-brasileira?**

Gomes apontou que vivemos em um mundo marcado por relações de poder que excluem, invisibilizam e subalternizam o outro. Sendo assim, é preciso romper com esse imaginário e com as práticas racistas. Nesse sentido, enfatizou que a cultura afro-brasileira ganha uma visibilidade subalternizada, ou seja, as relações sociais são hierarquizadas. A professora revelou como essas questões são pouco aprofundadas nos livros didáticos, que não abordam as contribuições da herança africana. Sob esse aspecto, segundo ela, a literatura deve ser contextualizada e ressignificada. Destacou também a luta do movimento negro que vem, ao longo dos anos, contribuindo para o processo de resgate de uma herança silenciada e não legitimada na sociedade brasileira.

### **2º) Como garantir o trabalho com a história africana, afro-brasileira e indígena?**

Nilma Gomes retomou artigos e parágrafos das legislações brasileiras, fazendo uma leitura a partir do campo do direito. Remeteu-se à Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira na educação básica e suas diretrizes curriculares, apontando que a legislação abre caminhos para a garantia de direitos, o que se configura como um grande avanço. A professora destacou que, desde a promulgação da lei, trabalhar com as relações étnico-raciais vai além do empenho pessoal de alguns segmentos ou grupo de professores. “A 10.639/2003 é uma lei, e por isso precisa ser cumprida, precisa ser praticada. A escola tem que ser reinventada por dentro – questionar se faz parte do movimento da educação nacional – e discutir, inclusive, sobre as condições de trabalho, salário digno etc.”, afirmou. A professora ponderou, ainda, sobre os grupos sociais que reivindicam o direito à história, desafiando a escola e seus profissionais a repensar sua grade curricular e a construção e o desenvolvimento de novas práticas. Por fim, usou o conceito de “epistemicídio”, de Boaventura Sousa Santos<sup>6</sup>, referindo-se à ausência dos conhecimentos sobre a África e sua história nas escolas brasileiras, negando o direito de acesso a esse conhecimento aos seus alunos.

### **3º) Como estudar história da África e afro-brasileira?**

Segundo Gomes, a pesquisa encomendada pelo MEC/Secadi sobre a Lei nº 10.639/2003, que coordenou, tem revelado que há um movimento de implementação da lei, mas que ainda

---

6. Boaventura de Sousa Santos é doutor em Sociologia do Direito pela Universidade de Yale, Professor Catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, *Distinguished Legal Scholar* da Universidade de Wisconsin-Madison e *Global Legal Scholar* da Universidade de Warwick.

não é sistemático. Nesse sentido, a professora reiterou que os movimentos de implementação aparecem mais no âmbito da prática docente do que da gestão da escola. Mencionou, ainda, a falta de regulamentação específica por parte dos municípios e estados, visto que há casos em que as escolas desrespeitam a Lei nº 10.639/2003. Dessa maneira, essas instituições estão em desacordo com o cumprimento da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e da Constituição Federal. Por fim, Gomes sinalizou que, no decorrer da história, uma das estratégias do racismo foi descredibilizar o continente africano, sendo este visto como incrível e invisível.

#### **4º) Pontos para pensar a educação.**

Nilma Gomes abordou a formação dos que atuam na educação básica e a mudança do currículo, uma vez que este também é um campo de disputa. Fez referência à produção educacional teórica e criticou a invisibilidade do debate acerca da questão racial. A professora sinalizou, ainda, que a gestão da escola e o sistema de ensino é que têm o dever de implementar uma legislação antirracista por meio de políticas intersetoriais que considerem o interior da escola, da educação. Dessa maneira, Gomes enfatizou a importância da inserção da discussão das relações étnico-raciais no projeto político pedagógico da escola e a promoção de um debate interdisciplinar e transversal da história da África e das culturas afro-brasileiras nas instituições escolares. Por fim, destacou a presença do ensino religioso na escola pública, que deve ser de fato laica. “Ao se trabalhar com o ensino religioso, a escola deve assegurar o respeito à diversidade cultural religiosa e ser livre de qualquer forma de proselitismo”.

#### **5º) Como fica a transversalidade da história da África e das culturas afro-brasileiras na escola?**

A professora apontou que os dados da pesquisa revelaram que o espaço para essa discussão aparece ainda muito mais como uma temática que entra como projetos interdisciplinares. Dessa forma, aparece nas disciplinas escolares, mas de forma transversalizada e tensionada. Assim, Gomes formulou questões acerca da transversalidade encontrada no trabalho com as relações étnico-raciais, uma vez que tal trabalho está mais ligado a pequenos grupos e a iniciativas individuais nas escolas. Em relação ao conceito de transversalidade e sua operacionalização, Gomes desenvolveu reflexões nas seguintes direções:

*a) transversalidade subalterna:* aquela cuja temática africana e afro-brasileira está colada aos sujeitos que provocam a discussão, e não ao cumprimento do direito à diversidade étnico-racial, como garantido na LDB 9.394/96; e ainda aquela que é marcada pelo mito da democracia racial na escola, que está presente na prática pedagógica; que reforça a reprodução do racismo no sistema escolar reduzindo o direito e a sua garantia ao cidadão. Direito que, segundo Nilma, deve ser garantido a todos os cidadãos, na esfera pública,

mas que, na maioria dos casos, ainda é reduzido à questão do respeito, da tolerância e da sensibilidade. Ou seja, esse direito ainda é tratado no âmbito particular, na esfera do privado, reitera a professora.

**b) transversalidade emancipatória:** apontada como proposta para romper com a transversalidade subalterna. Ou seja, uma perspectiva educacional que vise ao mesmo tempo o enraizamento e a transversalidade da temática africana e afro-brasileira na educação básica e no ensino superior. De acordo com Gomes, o passo inicial para a transversalidade emancipatória é o enraizamento das questões étnicas no projeto político pedagógico da escola, na formação de professores por meio da alteração do currículo, dos materiais didáticos, entre outras. Para ela, a transversalidade emancipatória tem que ser ao mesmo tempo anúncio e denúncia. Anúncio que a compreensão da história da África e das culturas afro-brasileiras reeduca a escola e a sociedade e garante o direito, a superação do racismo e faz com que os sujeitos sejam melhores. Denúncia de que a sociedade tem marcas racistas, homofóbicas e sexistas. Por isso é preciso modificar as estruturas políticas e sociais.

Segundo ela, ainda há a perspectiva de um abismo político e epistemológico que separa o conhecimento científico das outras formas de conhecer. “Existe a necessidade de ruptura com padrões de política, de trabalho e de estética, como formas de descolonizar os currículos e práticas da educação básica e do ensino superior, a fim de construirmos uma sociedade mais justa e igualitária”.

### 3.2 Hédio Silva

Dando sequência às palestras, Hédio Silva falou das contribuições do direito educacional, apontando como as questões raciais vêm sendo pautadas nos documentos normativos oficiais. Primeiramente, destacou o conteúdo dos arts. 210, §2º<sup>(7)</sup> e 242, §1º<sup>(8)</sup> da Constituição Federal de 1988, chamando a atenção para o fato de o Estado brasileiro, naquele período, já apontar incorporação de estudos da cultura indígena e africana na educação nacional. Porém, as reivindicações do movimento negro nesse sentido foram atendidas 15 anos depois, por meio da Lei nº 10.639/2003. Hédio Silva afirmou que uma educação que desconsidera a questão racial desconsidera também a Constituição Federal. “O conhecimento da história africana e afro-brasileira não é visto como um direito na sociedade brasileira, e esse é o desafio”. Segundo ele, é preciso resgatar o direito elementar à igualdade e, nesse sentido, a educação tem um papel

---

7. Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

8. Art. 242 §1º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro.

estratégico na mudança da sociedade. “É necessário não perder de vista a visão sistêmica da educação e o trabalho com as relações étnico-raciais na escola como a concretização de um direito constitucional”.

O palestrante criticou as narrativas que abordam a questão racial somente sob o aspecto da denúncia e da melhora da autoestima, afirmando que é necessário ir além, sendo importante buscar os órgãos jurídicos e reivindicar ações de ajustamento de conduta. Propôs ainda uma leitura crítica da Coleção HGA dentro do contexto atual, uma vez que a discussão da questão racial não pode ficar focada na história geral da África, enfatizando a necessidade de ampliarmos a discussão nesse momento. Hédio expôs que ainda existem muitos outros desafios e obstáculos na sociedade que precisam ser vencidos, citando o preconceito e a discriminação como exemplos intoleráveis, e questionou: qual é o papel do racismo na construção da sociedade brasileira? Finalizou dizendo que a discriminação e a intolerância são aprendidas, e por isso a importância da construção de uma educação para a não racialidade.

### **3.3 José E. Brito**

Finalizando o ciclo de palestras do evento, o professor teceu alguns comentários sobre a sua participação na pesquisa de mapeamento da Lei nº 10.639/2003 da Secadi/MEC pontuando alguns achados dessa investigação e destacando que os trabalhos voltados à diversidade étnico-racial estão muitas vezes ligados a práticas individuais, ou seja, não estão enraizados na escola. Nesse sentido, tais práticas, segundo Brito, têm passado prioritariamente pelo engajamento de professores que se identificam com a luta do movimento negro. Diante disso, inferiu que as práticas pedagógicas no campo das relações étnico-raciais não estão sendo implementadas pelos coletivos da escola, e asseverou que o lançamento da Coleção HGA desvela várias questões na agenda de pesquisa na área educacional, política, econômica e das relações internacionais.

Brito destacou, também, os desafios que tem percebido em seu trabalho com a formação de professores, especialmente no tratamento das questões relativas à história da África e da cultura afro-brasileira. Segundo ele, o trabalho do formador de professores com as relações étnico-raciais dialoga com outros aspectos da formação dos sujeitos, anteriores à própria formação nos cursos de pedagogia ou nas licenciaturas. “Esses aspectos são do campo das relações familiares, do período da escolarização básica, enfim, de vários outros espaços”, afirmou. Assim, no processo de formação inicial ou continuada, o formador encontra os sujeitos já informados por uma série de outras referências a respeito das relações étnico-raciais.

Dessa maneira, o palestrante ressaltou que, na abordagem das relações étnico-raciais, os professores têm que pensar em si e em sua prática. “É imprescindível pensar nas trajetórias dos professores em formação”. Prosseguiu afirmando que a intervenção nesse sentido se dá pelo sujeito, na incorporação da questão às suas práticas. Nesse sentido, a Lei nº 10.639/2003 potencializa o trabalho e também incorpora novos materiais e, assim, divisa a perspectiva de que novos saberes serão trabalhados e retrabalhados no contexto da escola.

### 3.4 Comentários: Antônio Mário Ferreira

Após as explanações, o comentarista da mesa expôs sobre a importância do Movimento Negro Unificado brasileiro e afirmou que as conquistas atuais são reflexos dos momentos de atuação desse movimento, que sempre esteve presente no cenário público, reivindicando e lutando por reconhecimento. Destacou também as parcerias atuantes que concretizaram a elaboração da Coleção HGA, mencionando o caráter simbólico do evento.

### 3.5 Debates

A coordenadora da mesa, Andreia R. Silva, abriu espaço para questões do público. Algumas das questões:

- Como operar com a transversalidade numa perspectiva de ciência que fragmentou o conhecimento?
- Como articular a dimensão sistêmica com a prática cotidiana?
- Como dar visibilidade às relações étnico-raciais na formação de professores?
- De que forma a educação infantil será contemplada na perspectiva de uma transversalidade emancipatória?
- Temos que problematizar a concepção de ser humano e de direito. Não é só pensar a Lei nº 10.639/2003, é preciso pensar outras didáticas, outra concepção epistemológica. Como fazer isso a partir do conceito de transversalidade?

Fechando o ciclo de mesas e debates, os palestrantes discorreram sobre as questões apresentadas. A professora Nilma Gomes afirmou que há vários estudos no campo do conhecimento que reconhecem outras formas de conhecimento. “Estamos mais avançados no campo da formulação teórico-pedagógica, mas isso ainda tem dificuldade de entrar na estrutura escolar”, disse. Enfatizou que a ideia da transversalidade emancipatória é um novo pensamento que ela está amadurecendo e por isso trouxe para discussão. Comentou também sobre o valor da leitura do campo jurídico sobre as relações étnico-raciais. Refletiu ainda sobre a radicalidade de alguns autores e afirmou que a ciência tradicional e a ciência produzida fora do cânone precisam dialogar, sendo necessária uma ruptura com a tradição e a construção da possibilidade de novos conhecimentos. Finalizando, disse que o grande desafio é de dinamizar essa postura em prática e buscar outras referências de conhecimento para além das já produzidas e legitimadas tradicionalmente em nossa sociedade.

Segundo Hédio Silva, a Coleção HGA pode ser uma chave, e sua interpretação pode se configurar como o início de novas posturas e práticas. Ele destacou a necessidade de legitimação do campo das relações étnico-raciais refletindo sobre a necessidade de uma educação que prepare para uma sociedade igualitária. Destacou também a eficácia da atuação do movimento negro. Segundo Hédio Silva, já há um acúmulo teórico para a atuação no campo da educação

e agora é preciso colocar as ações em prática. Por fim, afirmou que temos que pensar qual é o impacto de todo esse processo no contexto da educação infantil.

O professor José Eustáquio apontou que a implementação da Lei nº 10.639/2003 é um desafio da universidade, das políticas públicas e do engajamento efetivo dos docentes, sinalizando que a prática cotidiana nos oferece elementos para articular ações micro e macro. Finaliza afirmando sua expectativa para a criação do 9º volume da Coleção HGA sobre a história da diáspora.